

Cidadania na escolha do voto

Mais de 7 mil espectadores acompanharam os debates dos candidatos à prefeitura de SP na Força Sindical

A Força Sindical está promovendo debates com os candidatos à prefeitura de São Paulo. O evento, batizado de “Falando Direto com o Desempregado”, acontece todas as segundas-feiras, entre 5h30 e 7h. Os debates, que começaram dia 19 de julho e seguem até o dia 30 de setembro, dá oportunidade aos trabalhadores de conhecer melhor os planos de governo dos seus candidatos.

Toda semana, cerca de 2.000 trabalhadores que comparecem diariamente ao Centro de Solidariedade ao Trabalhador (CST) para procurar uma oportunidade de trabalho participam do evento elaborando perguntas e esclarecendo dúvidas.

José Serra, do PSDB, participou no dia 26 de julho, ao lado de Paulinho (PDT). E foi para todos os trabalhadores que Serra prometeu apoio na distribuição de postos

do CST na capital paulista.

“Se o Paulinho ganhar a eleição, eu o apoiarei na criação dos Centros. E, se eu for o escolhido, contarei com o apoio do Paulinho para construir os CSTs”, garantiu.

Também já participaram do evento os candidatos Paulo Maluf (PP) e Luiza Erundina (PSB). O público reunido até o debate com José Serra superou a marca de 7.000 trabalhadores.

Dirce Pereira



Da esq. para a dir., José Serra, do PSDB, Juruna, presidente da Força Sindical, e Paulinho, do PDT, em debate com trabalhadores desempregados no auditório da central

Pág. 04 Informalidade atinge maioria dos peões

Pág. 06 Aposentados reelegem Inocentini em congresso

Pág. 03 Risco de desemprego com a guerra comercial



FILIADO À CIOSL-ORIT

FUNDADOR

Luiz Antonio de Medeiros

PRESIDENTE

João Carlos Gonçalves

DIRETORIA EXECUTIVA

Melquíades Araújo, Antonio S. Ramalho, Ramiro de Jesus Pinto, Eunice Cabral, Sérgio Butka, Paulo Fernandes Lucânia, Danilo Pereira da Silva, Francisco C. Lacerda, Nair J. Goulart, Carlos C. Lacerda, Antonio A. do Amaral, Osvaldo O. Mafra, Walter Fabro, Geraldino S. Silva, Marco A. M. Lima, Luiz de Oliveira Rodrigues, Roberto Ferreira, Francisco P. S. Filho, Valclécia J. Trindade, Ricardo Patah, Antônio Sérgio Farias, Rubens Romano, Herbet Passos, Esther S. Machado, John Fernandes, José Francisco Campos, Arnaldo Gonçalves, Antonio Gonçalves, Almir Munhoz, Antonio Silvan Oliveira, José Pereira dos Santos, Joaquim José da Silva, Cláudio Magrão de Camargo, Neusa Barbosa de Lima, Sandra Regina Alves, Mônica O. L. Veloso, José Francisco Simões, Adalberto Souza Galvão, Nelson da Silva e Abraão Lincoln da Cruz.

CONSULTORIA

Luiz Fernando Emediato

ASSESSORIA

João Pedro de Moura

ASSESSORIA DE IMPRENSA

EDITOR

Antônio Diniz

REDAÇÃO

Átila Cavalcante
Gleyson Santos
Ricardo Tiezzi

DIAGRAMAÇÃO E ARTE

S.T.A.R.T.

JORNAL DA FORÇA é uma publicação da central de trabalhadores **FORÇA SINDICAL**

Rua Galvão Bueno, 782 - 9º andar
01506-000 - São Paulo - SP - Brasil
Tel.: (11) 3347-4000

Jornalista Responsável: Antônio Diniz. Diretor Responsável: João Carlos Gonçalves

www.fsindical.org.br

Editorial

Jornada menor ganha adeptos

O ministro do Trabalho e Emprego, Ricardo Berzoini, nos deixou satisfeitos ao se mostrar favorável à redução da jornada semanal de trabalho para 40 horas com a manutenção dos salários. Ele concorda que a sociedade deve abrir a discussão sobre o tema, por entender que as empresas vêm acumulando extraordinários ganhos de produtividade em decorrência dos investimentos em automação.

Em audiência concedida à Força Sindical e às outras centrais sindicais, ele recebeu um abaixo-assinado com mais de 100 mil assinaturas de trabalhadores, reivindicando tal benefício. Berzoini informou que vai pedir um estudo sobre o impacto na competitividade

brasileira, no caso de a carga semanal de trabalho ser diminuída em quatro horas.

Ele teme um aumento significativo dos custos de produção e a conseqüente perda de mercado. O cuidado do ministro ao tratar de um tema tão controverso é válido, pois, no mundo de hoje, as decisões são tomadas levando em conta a economia internacional. Não podemos perder mercado, pois queremos mais empregos.

Mas temos números a nossos favor. A produtividade nacional cresceu 19% de 92 a 98, segundo o IBGE, enquanto os salários foram comprimidos. Além disso, os custos gerados pela redução da jornada podem ser compensados com a diminuição da carga tributária e fiscal que incide sobre os

João Carlos Juruna



presidente da Força Sindical

Dico Pereira

custos da produção.

O governo deve fazer sua parte, privilegiando as necessidades dos trabalhadores e o capital produtivo. A experiência mundial mostra que o empregado com uma carga menor de trabalho melhora a produtividade, eleva seu nível educacional e vive melhor com a família. A medida pode criar 2 milhões de postos de trabalho, aumenta o consumo e o poder de compra dos trabalhadores, assim como distribui renda.

Artigo

Conquistar cargos no sindicato

A pesar de a luta da mulher por igualdade no mundo do trabalho e na sociedade já ter mostrado alguns bons resultados, ainda precisamos fortalecer nossa luta de forma a incluir o sexo feminino nas direções das entidades sindicais e alcançarmos a igualdade de salários e de oportunidades. Produto da nossa sociedade, o movimento sindical é machista. Mas nós, mulheres, também reproduzimos a cultura machista ao criarmos diferentemente nossos filhos homens e mulheres.

Temos de mudar esta lógica.

Hoje, nossos companheiros da luta sindical ainda tratam as questões de gênero como problemas menores. Acham que basta criar uma secretaria. Nós queremos mais. Reivindicamos que no estatuto democrático seja estabelecida cota de 30% dos cargos das direções sindicais para as mulheres.

Nossa inclusão nos postos de mando do movimento sindical vai assegurar que, nas negociações coletivas, haja oportunidades e condições iguais para todos, regulando as condições de trabalho e ampli-

Neusa Barbosa



secretária da mulher da Força Sindical

Arquivo Força Sindical

ando a distribuição de renda. Os patrões já têm mulheres na mesa de negociação. Nós ainda engatinhamos neste sentido.

Não é só isso. Temos de desconstruir a idéia de que há funções específicas para mulheres e outras para os homens e compartilharmos o serviço doméstico com nossos companheiros.

Argentina impõe restrições

No mesmo semestre, vizinho limita importação de produtos têxteis e linha branca brasileiros

Depois de reduzir as importações de produtos têxteis brasileiros em 25% no começo deste ano, a Argentina anunciou a adoção de um outro sistema de cotas: desta vez, para a linha branca também oriunda do Brasil –geladeiras, fogões e máquinas de lavar.

“A decisão atinge diretamente 8.000 empregos em nosso país”, diz o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Eleno José Bezerra. Para a indústria, o prejuízo foi estimado em US\$ 34 milhões.

“A atitude também contraria a proposta do Mercosul de eliminar as barreiras entre os países membros”, avalia o vice-presidente da Força Sindical, Geraldino Santos Silva, que liderou, ao lado de Eleno, manifestação na frente do Consulado-Geral Argentino em São Paulo (leia ao lado).

Invasão brasileira

A indústria argentina reclamava da “invasão” dos nossos produtos. De acordo com o governo daquele país, 51% das máquinas de lavar e 62% dos refrigeradores vendidos lá são brasileiros. Pressionado pela indústria, e sem um acordo entre os empresários dos dois países, o governo argentino foi radical: optou pelo bloqueio.

“O setor patronal não se posicionou adequadamente, pois deixou a responsabilidade somente nas mãos do [ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando] Furlan”, indigna-se Rolf Decker, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville (SC), cidade que exporta 4% da sua produção de linha branca para a Argentina.

Na opinião de Luiz de Oliveira Rodrigues (Luizinho), presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM), “os países deveriam discutir mais amplamente o equilíbrio comercial”. Segundo ele, outras indústrias duramente afetadas pelas cotas argentinas serão as de Manaus (AM) e São Paulo (SP).

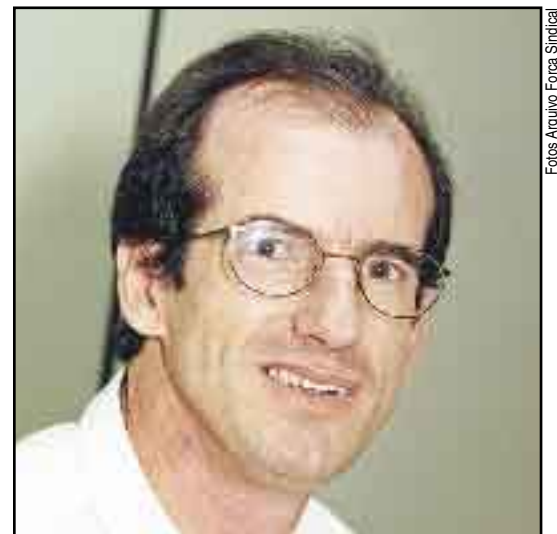
O governo brasileiro conseguiu apenas ampliar as cotas, mas muitos trabalhadores ainda correm o risco de perder o emprego.



Metalúrgicos da Força fazem protesto bem-humorado na frente do Consulado-Geral Argentino em SP



Luizinho: “Devemos ampliar as discussões”



Decker: “Patronal errou ao deixar governo sozinho”

Metalúrgicos da Força param fábricas e protestam em consulado

A Força Sindical e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo protestaram contra o “tarifaço” (sistema de cotas de importação) argentino paralisando três fábricas e realizando um manifesto na frente do Consulado da Argentina, na avenida Paulista.

BSH Continental, CCE e Multibras foram as empresas paralisadas em defesa do emprego e contra as restrições aos eletrodomésticos brasileiros. Já a manifestação na frente do consulado foi bem-humorada:

contou com sambistas, dançarinos de tango e jogadores de futebol.

Geraldino e Eleno também entregaram ao cônsul argentino Sergio Iaciuk uma carta pedindo a reavaliação da medida adotada. O texto manifestava a preocupação com o futuro do bloco econômico e reivindicava união das nações do Mercosul, além de explicar as conseqüências da medida para os trabalhadores brasileiros, que já sofrem com um índice de desemprego devastador.

Informalidade no setor chega a 71,8%

Sindicalistas reivindicam ações do governo para combater a falta de registro e a sonegação de impostos

Para cada trabalhador da construção civil com registro em carteira, existem praticamente quatro operários na informalidade. Dos 5,6 milhões de empregados do setor no Brasil, 1,6 milhão são registrados, contra 4 milhões que não possuem registro algum, o que representa 71,8% de pessoas sem nenhuma proteção social. Os números são de 2002 e fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) do IBGE.

Para mudar este quadro, dirigentes sindicais dos trabalhadores de São Paulo, Santos e Rio Grande do Norte reivindicam do Ministério do Trabalho e Emprego intensificação da fiscalização nas obras. “Na cidade de São Paulo, ainda temos locais em que se verifica o trabalho análogo ao de escravo”, denuncia o presidente do sindicato da categoria, Antônio de Sousa Ramalho, que tem 220 mil trabalhadores na base.

Fora da rede de proteção

“Dos 30 mil trabalhadores da nossa base (o Estado do Rio Grande do Norte) 30% não têm registro em carteira”, afirma o presidente da categoria, Francisco de Assis Torres. “Na DRT de Santos, há apenas sete funcionários para fiscalizar obras que vão da divisa do Rio de Janeiro com a do Paraná”, conta o tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Santos, Marcos Braz de Oliveira, o Macaé.

Na opinião deles, a falta de registro tira o trabalhador da rede de proteção social do Estado. O governo também perde porque arrecada menos. Ramalho disse que os sindicatos não podem ficar apenas esperando ações do governo de combate à informalidade. Para ele, os sindicatos têm de atuar, chamando a Polícia, o Ministério Público, agentes do INSS, fiscais do ICMS e Fundacentro para fiscalizar as obras, multar e atuar as empresas que estejam operando irregularmente.

No Rio Grande do Norte, Assis Torres também tem firmado parcerias com os patrões, com o propósito de obrigar empresas a registrarem seus funcionários. Macaé sugere a redução da carga tributária para facilitar o registro em carteira.



Operários param o trabalho para reivindicar melhores condições de segurança nas obras, aumento de salário e redução da jornada

DRT's sucateadas

Ele e Ramalho lembram que as DRTs estão sucateadas. “Faltam investimentos do governo na contratação de profissionais”, revela Ramalho, lembrando que pretende retomar as operações “Espanta Gato”, que todo o dia chegava de surpresa nas obras para fiscalizar as condições de trabalho. Mas ele afirmou que o delegado, Heiguiberto Guiba Navarro, não tem respondido aos seus apelos. “Não sei qual é a do Guiba”, diz o sindicalista.

Além da informalidade, os trabalhadores da construção civil convivem com outros problemas graves, que são o desemprego, baixos salários e acidentes. A categoria reivindica a retomada do desenvolvimento no país, com crescimento econômico, emprego e renda. A saída mais rápida é a construção de casas populares. Dados do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de São Paulo mostram que há um déficit de 10 milhões de moradias no país. “Falta vontade política do

governo para atacar de frente o problema”, acredita Ramalho.

Os dirigentes lembram que a construção civil movimenta toda a economia, pois a criação de um posto de trabalho no setor gera quase quatro novas vagas na cadeia produtiva, que inclui os segmentos metalúrgico, têxtil e costureiras, entre outros. Eles também reivindicam maior ação dos governos federal e estaduais no combate às doenças ocupacionais e aos acidentes.



Ramalho discute política com trabalhadores da construção civil

Trabalhador investe na qualificação

Apesar de o governo federal ter acabado com o programa nacional de qualificação, os sindicatos dos trabalhadores da construção civil têm encontrado alternativas para elevar o grau de conhecimento dos operários. O sindicato da categoria de São Paulo e a Rede Interativa Construção (TV fechada) firmaram convênio com os empresários para qualificar 30 mil profissionais até o final do ano.

Com a participação da Anamaco (Associação dos Revendedores de Materiais de Construção) está sendo possível fazer cursos de atualização profissional, como eletricista, pedreiro, encanador, pintor e azulejista nas próprias lojas. Com o fim dos recursos para qualificação, o sindicato

do Rio Grande do Norte pretende firmar parcerias com o Senai, a fim de atualizar os operários.

Além da qualificação, o sindicato de São Paulo desenvolveu um programa político para a categoria. Todo dia, das 7h às 8h, eles recebem informações sobre política, eleições, direitos civis e trabalhistas e prevenção de acidentes no canteiro de obras.

Um vez por mês, cerca de 40 trabalhadores reúnem-se durante dois dias no Clube de Campo Cipó para um seminário sobre atividades políticas, econômicas, sindicais, sociais e trabalhistas. Os palestrantes são sindicalistas, assessores e empresários. Depois eles retornam ao canteiro de obras para ser delegados sindicais.

NÚMEROS DA CATEGORIA

Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de São Paulo – 220 mil
Sindicato dos Trabalhadores da Construção do Mobiliário do Rio Grande do Norte – 30 mil
Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Santos – 25 mil
A Força Sindical tem mais 71 sindicatos da construção civil filiados, responsáveis por 419 mil trabalhadores

EMPREGO TOTAL (PNAD/2002)	Total	Formal	Informal	Particip. Informal
Construção Civil	5.558.379	1.604.807	3.994.520	71,8%
Total de trabalhadores	78.179.622	35.143.804	43.035.818	55%
Participação da Construção Civil	7,1%	4,6%	9,3%	

Congresso reelege Inocentini

As resoluções aprovadas pelos delegados serão entregues ao presidente Lula

O presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados e Pensionistas da Força Sindical, João Batista Inocentini, foi reeleito para comandar a entidade por mais quatro anos. A eleição – com chapa única – foi realizada dia 2 de julho ao final do 2º Congresso Nacional do Sindicato, realizado na Praia Grande, que contou com a presença de pelo menos 1.500 delegados das 27 unidades da Federação.

“Vamos entregar as nossas resoluções para o presidente da República”, disse Inocentini, durante o discurso de posse, acrescentando que a luta do sindicato vai ser pela recomposição do poder de compra das aposentadorias e por aumentos reais do salário mínimo. O sindicalista acredita que a Previdência é viável. “Basta o governo cobrar a dívida das empresas, recadastrar os aposentados e pensionistas e passar a cobrar a alíquota das empresas



Pelo menos 1.500 delegados das 27 unidades da Federação participaram do evento

no faturamento”, propôs.

Na abertura do congresso (1º de julho), o ministro da Previdência, Amir Lando, disse que o Governo vai acabar com o impasse na revisão de benefícios previdenciários. O sindicato ingressou com

mais de 200 mil ações na Justiça Federal, reivindicando a correção dos benefícios pela variação da URV de 94 a 97. “Vamos agora entrar com outros tipos de ações”, explicou Arnaldo Gonçalves, secretário-geral do sindicato.

Emprego

Falta de qualificação profissional fecha portas

Todos os dias, das 7h às 14h, milhares de trabalhadores desempregados lotam as filas de atendimento dos postos do Centro de Solidariedade ao Trabalhador da Força Sindical espalhados pelo Brasil. Muito deles acabam sucumbindo a um grave problema: a falta de qualificação profissional. É o que mostram os números da própria entidade.

Neste último mês de junho, foram captadas 15.871 vagas, das quais 4.662 foram preenchidas. O estudo revela ainda que cerca de 30 mil candidatos que participaram do processo seletivo para estas oportunidades foram reprovados por falta de preparo para assumir os cargos. Os dados referem-se à Grande São Paulo.

“O governo precisa entender que o



Rogério Lacanna

Em junho, apenas 13% dos encaminhados para as 15 mil vagas disponíveis no Centro conseguiram emprego

lugar do dinheiro do Fundo de Amparo ao Trabalhador não é nos bancos, mas sim em projetos sociais, como os programas de qualificação profissional que preparam

o trabalhador para as novas exigências do mercado de trabalho”, declarou o presidente da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, o Juruna.

Sindicatos fiscalizarão empresas

Jalecio Santana



Assinatura de parceria aconteceu no Palácio do Trabalhador, sede da Força Sindical

*Metalúrgicos e DRT-SP
lançam campanha para acabar
com as contratações ilegais*

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo assinou no dia 5 de julho o primeiro convênio com a Delegacia Regional do Trabalho – São Paulo (DRT-SP) para fiscalizar o trabalho sem registro nas empresas. A medida marcou o lançamento da “Campanha para Carteira Assinada”, criada pelas centrais sindicais – Força Sindical, CUT, CGT, CGTB, CAT e SDS –, o Ministério do Trabalho e Emprego, a DRT-SP, o Ministério Público do Trabalho da 15ª e da 2ª Região, o Ministério da Previdência e o Conselho Sindical Estadual de São Paulo.

Por lei, empresas não podem contratar temporários, terceirizados ou cooperativas para trabalhar na produção ou atividade-fim da empresa. “No entanto, isto não é respeitado, o que traz muitos problemas para nós e para os próprios trabalhadores”, afirma Miguel Torres, secretário-geral dos Metalúrgicos de São Paulo, que participou do lançamento.

Segundo dados da DRT-SP, chega a 67% os trabalhadores sem registro em carteira. A parceria com o sindicalismo visa tornar mais efetivo o combate ao trabalho precário. “Quem sabe dos problemas que acontecem no campo e na cidade são os sindicatos. Por isso que nós estamos juntos”, afirmou o delegado Heiguiberto Della Bella Navarro (Guiba), que participou do evento.

Uma das estratégias fraudulentas utilizadas pelas empresas é criar falsas cooperativas e associações, nas quais o trabalhador é empregado, não sócio. Outras são a contratação do trabalhador como Pessoa Jurídica, emitindo nota fiscal; exploração de estagiários; contratação temporária sem registro na carteira; e contratação de autônomos disfarçados, com pagamento apenas de recibos e descontos de ISS e INSS.

A cerimônia também contou com as presenças do presidente do sindicato, Eleno José Bezerra, e do presidente da Força, João Carlos Gonçalves (Juruna).

Conquista

Nova Lei das Falências garante direitos para o trabalhador

Conquista dos trabalhadores, a nova Lei das Falências foi promulgada recentemente. Como princípio, a regra agora é a recuperação das empresas.

A lei antiga contava com mais de 50 anos e tinha sido feita em um tempo em que o quadro social era outro, com menos desemprego e menos tecnologia. Como resultado, prejudicava os trabalhadores, pois eram os últimos a receber em caso de falência da empresa onde trabalhavam. Às empresas, a lei só deixava como alternativa quebrar, provocando demissões.

“Nossa meta é evitar falências, mas, quando isso acontece, os trabalhadores têm preferência para receber os seus direitos”, explica o presidente do Sindicato dos Comerciantes de São Paulo e tesoureiro-geral da Força Sindical, Ricardo Patah.

Maneiras de evitar a falência e demissões são linhas de crédito mais vantajosas e renegociações de dívidas. Antes, o espólio era todo consumido nas dívidas e o trabalhador era o último a ver o dinheiro, quando via.

Discussão

Força Sindical e CNTM debatem Reforma Sindical no Paraná

A Força Sindical e a Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM), filiada à central, se reuniram nos últimos dias 8 e 9 de julho em São José dos Pinhais (PR). Em pauta, a Reforma Sindical.

Um dos pontos altos do encontro foi a discussão de como será a estrutura dos sindicatos por setor para as negociações do contrato coletivo de trabalho. A proposta, que já está no Fórum Nacional do Trabalho, a caminho de se tornar projeto de lei, defende ainda a unificação de datas-base.

“O objetivo desse encontro é para que os sindicatos estejam preparados para essa nova realidade. Estamos nos mobilizando também para ampliar o número de sindicalizados para que tenhamos mais representatividade”, destaca o presidente da CNTM, Luiz de Oliveira Rodrigues, o Luizinho.

A CNTM representa 140 sindicatos e tem uma base superior a 900 mil trabalhadores.



Dirigentes e ministro concordam que patrões ganharam muito

Berzoini é a favor da semana de 40 horas

Estudo vai mostrar impacto sobre a competitividade

O ministro do Trabalho e Emprego, Ricardo Berzoini, é favorável à redução da jornada semanal de trabalho de 44 horas para 40 horas, informou o secretário-geral da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas do Estado de São Paulo, Sérgio Luiz Leite, o Serginho, depois de audiência concedida pelo ministro a representantes da Força Sindical, CUT e CGT. Os dirigentes entregaram ao ministro abaixo-assinado com mais de 100 mil nomes de pessoas favoráveis a uma carga semanal de 40 horas.

Mas o Ministério vai apresentar um estudo às principais centrais sobre o impacto

que uma medida desta natureza causaria na competitividade brasileira no exterior. “O ministro garantiu que é a favor de uma jornada menor e topa o debate com a sociedade por entender que as empresas acumularam expressivos ganhos de produtividade com a automação”, informou Serginho.

Segundo a vice-presidente da Força Sindical Nair Goulart, dois milhões de novos postos de trabalho seriam criados com a semana de 40 horas. “Com a jornada menor, o trabalhador aumenta a produtividade, melhora o seu relacionamento com a família e eleva o grau de escolaridade”, destacou Nair.

Crédito para o trabalhador

Empréstimo com desconto em folha passa de R\$ 81 milhões

O empréstimo com desconto em folha de pagamento efetuado por 25 entidades ligadas à Força Sindical já soma R\$ 81,5 milhões de setembro de 2003 a junho deste ano.

O sucesso é tanto que, segundo dados do Serasa, o crédito com desconto no holerite foi o principal responsável por uma leve queda na taxa de inadimplência verificada em junho.

Apesar de significar uma ótima alternativa para o trabalhador, o STJ (Superior

Tribunal de Justiça) considerou abusivo o desconto no holerite por considerar que o salário do devedor, sendo de natureza alimentar, é impenhorável. A decisão, no entanto, não acaba com o crédito.

“O trabalhador não vai deixar de procurar esse crédito. E acredito que os bancos não vão aumentar os juros, uma vez que a aceitação está muito boa”, afirma Ovídio Garcia Fernandes, presidente da Federação dos Trabalhadores na Alimentação de SP.

A Força somou 50 novas filiações e 393.210 novos trabalhadores representados em 10 Estados no 1º semestre deste ano. São Paulo, com 22 entidades e 316.587 trabalhadores; RS, com 22.050 em 10; e MT, com 40.500 pessoas em 8, foram os três Estados com números mais expressivos.

ALAGOAS

S.T.I. Metal. Mec. Mat. Elét. Alagoas - Pres.: José Jobson Ferreira Torres

BAHIA

Sind. Serv. Públ. Camaçari - Pres.: Adalberto F. Mascarenhas

GOIÁS

Sind. Trab. Rurais de Cachoeira Alta - Pres.: Guilherme Nunes da Silva

MARANHÃO

Col. Pesc. Z-75 - Bela Vista do Maranhão - Pres.: Enefino de Andrade Sousa

MATO GROSSO

Fed. Sindical Serv. Públ. Est. MT - Pres.: Benedito Augusto D. Carvalho

Sind. Ag. Policiais Ag. Prisionais Est. MT - Pres.: Clédison Gonçalves da Silva

Sind. Emp. Empr. Vigilantes Transp. Val. Cuiabá - Pres.: Valtair Lauriano

Sind. Motociclistas Autônomos Vaz Gde. - Pres.: João Pereira Santos

Sind. Téc. Agrícolas Est. Mato Grosso - Pres.: Giovani Marcos Bertol

Sind. Téc. Ind. Nível Médio Est. Mato Grosso - Pres.: Luzimar Pereira da Silva

Sind. Trab. Com. Hotel. Tur. Hosp. Com. Res. MT - Pres.: Jorge Cartides

Sind. Trab. Com. Min. Deriv. Petr. Est. MT - Pres.: Kleber Souza Oliveira

MATO GROSSO DO SUL

Fed. Trab. Ind. Alimentação MS - Pres.: Rinaldo Sousa Salomão

Sind. Trab. Frig. Matadouro Aquidauana Reg. - Pres.: Jilvane Alves dos Santos

MINAS GERAIS

Sind. Emp. Área Saúde Ituiubata e Comarca - Pres.: Francisca Batista de Oliveira

Sind. Emp. Casa Posto de Saúde Almenara - Pres.: Maria d'Ajuda dos Anjos

PERNAMBUCO

S.T.I. Constr. Estrada Pav. Obras Terrapl. PE - Pres.: Aldo Amaral de Araújo

Sind. Taxistas Jaboatão dos Guararapes - Pres.: Mário Alvez de Oliveira

RIO GRANDE DO SUL

Fed. Emp. Ent. Cult. Recreat. Ass. S. Porto Alegre - Pres.: Antonio Johann

S.T.I. Constr. Civil Mob. Farrupilha - Pres.: Disidério Colombo

Sind. Agentes Monitores Penitenciários RS - Pres.: João Eduardo Reymunde

Sind. Emp. Domésticas Babás Faxineiras RS - Pres.: João Alberto Oliveira Carneiro

Sind. Emp. Ent. Cult. Recreat. Ass. S. Sta. Rosa - Pres.: Valdir Ludtke

Sind. Emp. Ent. Cult. Recreat. Ass. S. Cruz Alta - Pres.: Valdeci Jose Larenzon

Sind. Trab. Transp. Rod. Carg. S. Liq. Uruguia - Pres.: José Vanoli M. Nunes

Sind. Vigilância e Segurança Sta. Cruz Sul - Pres.: Júlio Cezar Pereira Pires

Sind. Vigilância Segurança Sant. Livramento - Pres.: Mário Augusto A. da Silva

Sind. Vigilantes de São Borja - Pres.: João Leocádio de Matos

SÃO PAULO

Coop. Vendedores Autônomos Pq. Ibirapuera - Pres.: Antonia Cileide O. Souza

Fed. Emp. Edif. Cond. Est. São Paulo - Pres.: Paulo Roberto Ferrari

S.T.I. Alimentação Rio Claro - Pres.: José Ramos

Sind. Emp. Cond. Resid. Com. ABCD e Região - Pres.: Delfonso Pereira Dias

Sind. Emp. Edif. Cond. Adm. Res. Com. Marília - Pres.: Dagmar Roberto de Lima

Sind. Emp. Edif. Cond. Campinas e Região - Pres.: Valdir Lucas Pareira

Sind. Emp. Edif. Cond. Resid. Com. Adm. Guarujá - Pres.: Celso Silveiro Ferreira

Sind. Emp. Edif. Cond. Ribeirão Preto - Pres.: João Gustavo de Carvalho

Sind. Emp. Edif. Cond. S. Carlos Araraquara - Pres.: Donizeti A. Passador

Sind. Emp. Edif. Cond. Taubaté - Pres.: Ester Cleiry Soares dos Santos

Sind. Emp. Edif. Cond. Tur. Hosp. Araçatuba - Pres.: Clemente Ferreira da Silva

Sind. Emp. Edif. Vale do Paraíba e Lit. Norte - Pres.: Sidnei Machado

Sind. Emp. Edifícios São Paulo - Pres.: Paulo Roberto Ferrari

Sind. Emp. Estab. Serv. Saúde Osasco - Pres.: Noemia Telles de Oliveira

Sind. Emp. Tur. Hosp. (Edif) Piracicaba - Pres.: Alexandro dos Santos Brito

Sind. Emp. Tur. Hosp. (Edif) Bauri e Região - Pres.: Elza Eugenio Pinto

Sind. Func. Serv. Hosp. das Clínicas FMUSP - Pres.: Itamar F. M. da Silva

Sind. Of. Justiça Estado de São Paulo - Pres.: Daniel Franco do Amaral

Sind. Serv. Públ. Munic. Caconde - Pres.: João Henrique Gonçalves

Sind. Serv. Públ. Munic. Mairiporã - Pres.: Maria Luiza Paes Leme

Sind. Trab. Domésticos Morro Agudo - Pres.: Ana Cláudia Coimbra da Silva

Sind. Trab. Transp. Rod. Carg. S. Mol. Guarulhos - Pres.: Irapuan Siqueira Souza